PLANOS DE SAÚDE

ABRAMGE

Gustavo Ribeiro | presidente

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

01 **Como a entidade avalia a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e quais são as principais expectativas do setor em relação às políticas públicas de saúde e ao ambiente de negócios?**

Nossa expectativa é que a saúde permaneça entre as prioridades das políticas públicas, com iniciativas que ampliem o acesso da população à assistência e promovam um ambiente de negócios marcado pela segurança jurídica, pela previsibilidade regulatória e pelo estímulo aos investimentos.

A saúde suplementar desempenha um papel fundamental no sistema de saúde brasileiro. Ao assegurar assistência a milhões de beneficiários, a rede privada contribui para reduzir a pressão sobre o SUS, permitindo que os recursos públicos sejam direcionados a quem mais depende deles. O setor também possui expressiva relevância econômica e social: a cadeia produtiva da saúde no Brasil reúne mais de 5 milhões de vínculos formais de trabalho.

Acreditamos que o fortalecimento do sistema de saúde passa pelo diálogo permanente entre os setores público e privado, com políticas que valorizem a complementaridade, a eficiência e a sustentabilidade, sempre com o paciente no centro do cuidado.

02 **Quais são as três principais demandas que a entidade pretende apresentar ao governo federal para o mandato de 2027 a 2030?**

Consideramos três frentes prioritárias para o fortalecimento da saúde suplementar.

A primeira é o aprimoramento da judicialização da saúde, com maior valorização das evidências científicas, das normas regulatórias e da segurança jurídica. O fortalecimento dos Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NatJus), o estímulo à especialização de varas em questões de saúde e a adoção de mecanismos de prevenção e resolução de conflitos podem contribuir para decisões mais técnicas, equilibradas e previsíveis, preservando os direitos individuais, sem perder de vista a sustentabilidade coletiva de um sistema financiado pelo mutualismo.

A segunda prioridade é o aperfeiçoamento dos processos de incorporação de novas tecnologias em saúde. A inovação é essencial para melhorar diagnósticos e tratamentos, mas deve observar critérios transparentes de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), considerando eficácia, segurança, efetividade, custo-efetividade e impacto orçamentário. Isso permite ampliar o acesso a tratamentos que efetivamente agreguem valor aos pacientes, de maneira responsável e sustentável.

A terceira frente reúne o combate às fraudes e o avanço da interoperabilidade de dados em saúde. São medidas fundamentais para reduzir desperdícios, evitar a repetição desnecessária de exames, melhorar a continuidade do cuidado e dar maior eficiência à utilização dos recursos. O compartilhamento seguro e responsável de informações entre os sistemas público e privado pode representar um avanço importante para toda a população.

Essas prioridades têm um objetivo comum: fortalecer a segurança jurídica, ampliar o acesso à assistência e criar condições para investimentos de longo prazo, com benefícios para pacientes, profissionais e organizações de saúde.

03 Que decisões concretas o próximo governo deveria tomar já em 2027? Quais mudanças são fundamentais e que resultados a entidade espera alcançar até 2030?

O início do novo mandato representa uma oportunidade para avançar em medidas estruturantes que fortaleçam a integração, a eficiência e a sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro.

É importante priorizar uma agenda construída em conjunto com os órgãos reguladores, o Poder Judiciário e os diferentes representantes do setor, com avanços concretos principalmente na qualificação técnica das decisões judiciais, na incorporação responsável de tecnologias e na interoperabilidade de dados entre os sistemas público e privado. São iniciativas que contribuem diretamente para a segurança jurídica, a redução de desperdícios e a melhoria da assistência.

Também consideramos necessário aperfeiçoar iniciativas de cooperação entre os setores público e privado, como o programa Agora Tem Especialistas, que prevê a participação da rede privada, incluindo prestadores de serviços e operadoras de planos de saúde, na ampliação do atendimento aos pacientes do SUS. Essa integração pode contribuir para reduzir filas e ampliar o acesso a consultas, exames e procedimentos especializados.

Um tema que merece atenção especial é a atualização da Lei nº 9.656/1998, que regulamenta os planos privados de assistência à saúde. Trata-se de um debate que exige profundo embasamento técnico e ampla participação do governo, do Congresso Nacional, das operadoras, dos prestadores, dos profissionais de saúde e dos representantes dos pacientes. O objetivo deve ser aperfeiçoar o marco legal, preservar a segurança jurídica e assegurar condições sustentáveis para a ampliação do acesso e a qualidade da assistência à saúde.

Até 2030, esperamos que essa agenda produza resultados concretos: maior previsibilidade regulatória, redução de conflitos e desperdícios, uso mais eficiente dos recursos, estímulo à inovação e ampliação do acesso aos serviços de saúde. Acima de tudo, queremos um sistema que concilie sustentabilidade econômica com cuidado de qualidade e acolhimento às necessidades dos pacientes.